



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

Processo nº 631/2014.

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO –
SMHRF Nº 01/2014

O Município de Rio Grande, através do Prefeito Municipal Alexandre Duarte Lindenmeyer, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica, **CONVIDA** as empresas que atuam no ramo da construção civil a apresentarem propostas de projeto urbanístico para produção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida II, para pessoas com renda familiar mensal de 0 (zero reais) até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) e de R\$ 1.600,01 (um mil seiscentos real e um centavo) à R\$ 3.275,00 (três mil e duzentos e setenta e cinco reais), conforme especificações estabelecidas neste Edital. A proposta deverá observar as regras edilícias do Município de Rio Grande, e regramento do Programa Minha Casa Minha Vida.

O Edital, os respectivos anexos, informações e esclarecimentos necessários estarão disponíveis no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, na Rua Marechal Floriano, nº 458, Rio Grande-RS. Fone (53) 3233-6060 e 3233-6056, e no site da prefeitura www.riogrande.rs.gov.br

Os envelopes serão abertos no dia 02 de Junho de 2014, às 14 h, na Rua Marechal Floriano, nº 458, Rio Grande - RS

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de abril de 2014.

ALEXANDRE DUARTE LINDNMEYER
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

Processo nº 631 /2014

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO
Nº. 001/2014 – SMHARF

Manifestação de Interesse na apresentação de proposta para elaboração e execução de projeto urbanístico, contemplando a produção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida II, destinados a grupos familiares com renda familiar classificadas nas Faixas 1 e Faixa 2 do referido Programa.

O MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o 88.566.872/0001-62, com sede no Largo Engenheiro João Fernandes Moreira S/N – Centro, CEP 96200.900 – Rio Grande – RS, neste ato representado por Prefeito Municipal, Sr. ALEXANDRE DUARTE LINDNMEYER, **CONVIDA** empresas do ramo da construção civil a manifestarem interesse na apresentação de projeto urbanístico para produção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, para grupos familiares com renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais) na faixa 1 e até R\$ 3.275,00 (três mil e duzentos e setenta e cinco reais) na faixa 2, conforme regramento instituído pela Lei nº. 11.977, de 7 de julho de 2009, e Portaria Ministerial nº. 465, de 3 de outubro de 2011 e demais normas do programa, tendo como operador a Caixa Econômica Federal e demais agentes financeiros credenciados.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

I – DO OBJETO

1.1. O presente chamamento tem por objeto a seleção de empresa do ramo da construção civil para apresentação de proposta de projeto urbanístico para a produção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, instituído pela Lei nº. 11.977, de 07 de julho de 2009 e Portaria Ministerial nº. 465 de 3 de outubro de 2011, e operado pela Caixa Econômica Federal e agentes financeiros credenciados.

1.2. Este chamamento reger-se-á pela Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e suas alterações; pela Portaria nº 465 de 03 de outubro de 2011, pela Portaria nº 238, de 06 de junho de 2012, pela Portaria nº 300, de 05 de julho de 2012, todas do Ministério das Cidades, pelas disposições do Termo de Adesão previsto na Portaria nº 325/2011, do Ministério das Cidades e, supletivamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1.3. Também regerão o presente chamamento público as Leis Municipais nº 7.334, de 19 de dezembro de 2011, Lei Nº 5.340 de 17 de setembro de 1999, AEIS 2 – Area Especial de Interesse Social, nº 7.515, de 19 de dezembro de 2013.

1.4. As Unidades Habitacionais a serem produzidas com base neste Chamamento serão destinadas a grupos familiares com renda familiar mensal de R\$ 0,00 (zero reais) a R\$ R\$ 3.275,00 (três mil e duzentos e setenta e cinco reais), Faixas 01 e 02 do Programa Minha Casa Minha Vida, na proporção de 70% (setenta por cento) das unidades destinadas a grupos familiares incluídos na Faixa 01, e 30% (trinta por cento), para grupos incluídos na Faixa 02.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1.5. A medida visa produzir um tecido social urbano plural e heterogêneo, fugindo da segregação social por renda, além de contemplar as necessidades básicas de infraestrutura urbana, equipamentos educacionais e comunitários, área comercial e de serviços.

1.6. Dentro do percentual destinados a grupos familiares classificados na Faixa 1, as propostas deverão contemplar a construção de unidades habitacionais construídas na forma de apartamentos e casas, sendo estas de 1 (um) e 2 (dois) pavimentos (assobradados), observada o quadro de referência abaixo:

Tipologia	Quantidade	Total Somatório
Apartamentos	956	956
Casa de 1 pavimento	710	1.666
Casa de 2 pavimentos (sobrados)	424	2.090

1.7. As unidades residenciais **destinadas a grupos familiares classificados na Faixa 02, em número estimado de 750 unidades, serão construídas preferencialmente na tipologia de apartamentos.**

1.8. A produção de Unidades Habitacionais deverá atender um mínimo de **2.800** Unidades, sendo que caberá a empresa proponente, apresentar a melhor solução urbanística para contemplar os quantitativos mínimos previstos neste Edital, observadas as áreas e o estudo de concepção urbanística descritos no Anexo I.

1.8.1. Consta do Anexo II estudo de concepção urbanística com Proposta Inicial Geral de Plano de Ocupação da Gleba (Masterplan) que poderá ser modificado pela Proponente, desde que garantido a qualidade do habitat, e o número mínimo de unidades habitacionais exigidas neste edital, respeitadas as legislações ambiental e urbanística, proposta esta que deverá ser aprovada pela Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária e pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1.9. É obrigatório um percentual mínimo de 3% (três por cento) unidades habitacionais adaptadas, destinadas a pessoas idosas, assim consideradas aquelas com mais de 60 (sessenta) anos de idade, conforme art. 1º da Lei nº 10.741, de 01º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

1.10. A gleba de intervenção do Projeto é de propriedade do Município de Rio Grande, e os lotes destinados a unidades residenciais serão alienados da seguinte forma:

1.10.1. Os lotes destinados a unidades residenciais para grupos familiares classificados na Faixa 1 serão doadas ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

1.10.2. Os lotes destinados exclusivamente a unidades residenciais para grupos familiares classificados na Faixa 2, serão alienados na forma de dispensa de licitação, observadas as exigências do art. 17 da Lei. 8.666, de 21 de junho de 1993.

1.10.3. Os demais lotes dominiais e áreas de destinação pública de uso especial e comum ficarão sob o domínio do Município de Rio Grande.

1.10.4. A gleba total corresponde à 57 hectares, porém a área destinada ao projeto corresponde à 54 hectares conforme Anexo II – croqui de Locação de Empreendimento MASTERPLAN

1.11. Para a consecução do Objeto, a EMPRESA SELECIONADA DEVERÁ:

1.11.1. Elaborar Plano de Ocupação e Estudo Urbanístico, contemplando as diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida e as normas urbanísticas locais, e observar as seguintes diretrizes:

I – Integração com a malha urbana existente e com o entorno pré-existente, especialmente com prolongamento e alargamento de vias necessárias a circulação de veículos privados e de transporte coletivo;

II – Realização de Estudo de Impacto de Vizinhança, contemplando os equipamentos e serviços públicos, com previsão das medidas mitigatórias e compensatórias necessárias para absorver o acréscimo populacional, inclusive projetando o melhor aproveitamento das áreas de uso institucional.

III – Realizar os estudos ambientais necessários para a obtenção das licenças ambientais.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

IV – Elaborar os Projetos Urbanístico, Paisagístico e de Infraestrutura interna e externa, incluindo as determinações das Concessionárias de serviços públicos fora da poligonal do empreendimento;

V – Elaborar os Projetos das UNIDADES HABITACIONAIS e dos EQUIPAMENTOS PÚBLICOS que forem estabelecidos como necessários, incluindo:

- a)** Projeto de Arquitetura;
- b)** Projeto de Cálculo estrutural;
- c)** Projeto de Fundações;
- d)** Projeto de instalações elétricas;
- e)** Projeto de instalações hidrossanitárias;
- f)** Projeto de instalações telefônicas e de televisão;
- g)** Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndios;

VI – Elaborar manual de uso e conservação das unidades habitacionais

1.12. Os projetos previstos nos incisos III, IV , V e VI do item 1.11.1 deverão ser encaminhados pela Secretaria de Município de Habitação e Regularização que se responsabilizará pelo encaminhamento dos pedidos de licenciamento das obras;

1.13. A seleção dos equipamentos públicos previstos na proposta, que serão executados pela empresa com os recursos do projeto, será realizada por comissão designada pelo Prefeito Municipal, contemplando a participação da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, Secretaria de Município de Coordenação e Planejamento, Secretaria de Município de Educação, Secretária Municipal Mobilidade e Acessibilidade e Secretaria de Município de Saúde.

1.14. A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA INTERNA E EXERTNA, DENTRO DA POLIGONAL DO EMPREENDIMENTO, para edificação das Unidades Habitacionais e dos Equipamentos Públicos selecionados, SERÃO RESPONSABILIDADE DA EMPRESA SELECIONADA.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1.15. Para entendimento da infraestrutura, é necessário observar os seguintes conceitos:

- a) Infraestrutura interna** compreende os serviços de: drenagem, água, esgoto, energia, terraplenagem, pavimentação, sinalização e paisagismo dentro das quadras onde serão construídas as unidades habitacionais e equipamentos públicos descritos no Edital, bem como as praças e os parques urbanos;
- b) Infraestrutura externa:** compreende os serviços de: drenagem, água, esgoto, energia, terraplenagem, pavimentação, sinalização e paisagismo externos às quadras onde serão construídas as edificações, porém internos à poligonal do empreendimento; excluem-se, portanto, as áreas internas aos lotes destinadas a outros usos que não aqueles definidos no objeto do Edital.

1.16. No que se refere aos projetos dos equipamentos públicos, quando for o caso, deverá ser adotado o projeto compatível com os já existentes no Município, obrigando-se a empresa consultar às Secretarias Municipais, para informações necessárias.

1.17. No que se refere às escolas, a empresa selecionada será responsável pela elaboração dos projetos de arquitetura, complementares e executivos, bem como pela execução das obras. Os projetos deverão ser elaborados em conjunto com a Secretaria de Educação que deverá atuar como coautora do projeto.

1.18. Os recursos financeiros destinados à elaboração dos projetos e à construção dos equipamentos públicos previstos no item 1.7.1, deverão ser buscados pela empresa selecionada junto às fontes de financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida, da seguinte forma:

- a)** Os recursos destinados ao atendimento das unidades habitacionais destinadas aos grupos familiares classificados na Faixa 1, devem ser obtidos junto ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR;
- b)** Os recursos destinados ao atendimento das unidades habitacionais destinadas aos grupos familiares classificados na Faixa 2, devem ser obtidos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1.19. A empresa vencedora não será responsável pelos móveis e equipamentos destinados aos equipamentos públicos construídos.

1.20. A empresa selecionada deverá atender ao subitem 2.6, do item 2, do Anexo IV da Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013, quanto à obrigatoriedade de construir no empreendimento equipamentos de uso comum na proporção mínima de 1% (um por cento) do valor da edificação e infraestrutura.

1.21. A empresa selecionada deverá atender ao subitem 4.2., do item 4, do Anexo IV, da Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013, quanto à obrigatoriedade de construção de equipamentos públicos de educação, saúde e outros complementares, num montante limitado a 6% das edificações e da infraestrutura.

1.22. A contratação da empresa selecionada por agente financeiro autorizado ficará condicionada a aprovação da análise de risco, da aprovação da análise técnica de engenharia e da aprovação dos projetos em todas as instâncias e órgãos competentes, e sua adequação ao “Programa Minha Casa, Minha Vida”.

1.23. Tendo em vista que as unidades habitacionais referentes a este Edital são destinadas a famílias de duas faixas de renda – Faixa 1: Renda até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais); e Faixas 2: Renda entre R\$ 1.600,0 (um mil, seiscentos reais e um centavos), e R\$ 3.275,00 (três mil, duzentos e setenta e cinco reais) – excepcionalmente serão utilizados programas distintos por faixa de renda, a saber: 1) MCMV – Recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e 2) MCMV – Recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sendo necessária a utilização de duas propostas distintas para aprovação do Agente Financeiro, de acordo com as regras de cada Programa.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1.24. As especificações técnicas construtivas e executivas mínimas estão detalhadas nas normativas do Programa Minha Casa, Minha Vida e relacionadas no Anexo V deste Edital (Termo de Referência), e no Anexo VI.

1.24.1. Os preços Máximos das Unidades Habitacionais a serem produzidas obedecerão às tipologias utilizadas e aos limitadores por faixa de renda para a cidade de Rio Grande no Rio Grande do Sul, sendo produzidas, no mínimo:

GRUPO	Nº UNIDADES	VALOR MÁXIMO (R\$)
Faixa 1	2.090	60.000,00
Faixa 2	750	95.000,00

1.24.2. No Preço Máximo das Unidades, além da execução das obras relativas às unidades habitacionais, estão incluídos os custos de elaboração e aprovação dos projetos, além das obras de interligação de serviços públicos (água potável, água pluvial, esgoto, energia e telefonia), além da emissão dos documentos cartoriais e taxas/emolumentos relativos a requerimentos e estudos ambientais.

1.24.3. Os valores previstos no quadro do item 1.24.1. são a referência do Programa Minha Casa, Minha Vida para o Município de Rio Grande, e poderão sofrer ajustes pelo agente financeiro, de acordo com as características do projeto.

1.25. Os projetos executivos, o memorial descritivo, os orçamentos das unidades habitacionais e dos equipamentos públicos e das obras de infraestrutura interna e externa, estarão todos a cargo da empresa selecionada, que deverão estar em conformidade com a legislação e atender aos requisitos necessários para aprovação da proposta pelos agentes financeiros autorizados, e pelos órgãos de licenciamento ambiental e urbanístico.

1.25.1. Havendo alteração na quantidade de unidades previstas no projeto, em razão da aprovação do projeto urbanístico pelos órgãos competentes, *os preços de construção de cada unidade habitacional e da infraestrutura habitacional não poderão ser majorados.*

1.25.2. Os Estudos Ambientais ou a sua complementação, se necessária, deverá ser elaborado com base no Termo de Referência emitido por órgão ambiental competente.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1.25.3. O Projeto Urbanístico e os projetos das edificações deverão ser aprovados pela Secretaria de Município de Coordenação e Planejamento e órgãos competentes, seguindo o que determina as normas legais vigentes, dentre as quais a Norma Brasileira 9050, da ABNT, que trata de acessibilidade.

1.25.4. Os projetos de infraestrutura deverão contemplar: terraplenagem, rede de drenagem, rede de abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, paisagismo e arborização, rede de distribuição elétrica, iluminação pública e pavimentação, calçadas e meios-fios, sinalização, observadas as normas da ABNT e demais normas legais vigentes, e deverão ser submetidos à aprovação das respectivas concessionárias de serviços públicos e aos órgãos ambientais.

1.25.5. Os projetos de urbanismo e infraestrutura deverão ser embasados por levantamentos topográficos e sondagens.

1.25.6. O projeto de infraestrutura de energia elétrica, bem como sua implantação no interior da poligonal de projeto será de responsabilidade da empresa vencedora do chamamento. O projeto será aprovado e sua implantação será acompanhada pela Concessionária do serviço.

1.25.7. A implantação da infraestrutura externa à poligonal será de responsabilidade da respectiva Concessionária do serviço ou do Município, de acordo com o tipo de obra a ser realizada.

1.25.8. As empresas participantes deste Chamamento Público deverão apresentar para a análise da Comissão Técnica Especial deste certame, o projeto básico de urbanismo e o projeto arquitetônico das edificações.

1.25.9. Os projetos de urbanismo e infraestrutura, para fins de análise e aprovação pela Prefeitura Municipal de Rio Grande e demais órgãos competentes, deverão prever a compatibilização com o entorno imediato.

1.26. As eventuais desocupações, demolições e realocações dos moradores, se necessárias, serão de responsabilidade do Município de Rio Grande.

1.27. As unidades habitacionais deverão ser construídas nos lotes residenciais determinados no projeto.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1.28. A empresa selecionada será responsável pela elaboração e apresentação dos projetos e documentos necessários à viabilização do empreendimento junto aos Agentes Financeiros autorizados para contratação do financiamento, segundo as exigências do Programa Minha Casa, Minha Vida.

1.29. O projeto a ser apresentado ao agente financeiro deverá manter as mesmas características do projeto apresentado para o chamamento, ficando as alterações necessárias condicionadas somente às exigências impostas no momento de sua aprovação.

1.30. A seleção dos proponentes mutuários será feita exclusivamente pela Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, com base na Relação de Inscrições Individuais (RII) e do Novo Cadastro da Habitação, tanto para o Faixa 1, como para Faixa 2.

1.30.1. A alienação da fração ideal do terreno, correspondente à unidade habitacional que será adquirida pelos proponentes mutuários, define-se conforme discriminado a seguir:

1.30.2. Para o programa destinado às famílias com renda de até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), a fração ideal será subsidiada ao mutuário, por ocasião da formalização do contrato de financiamento junto ao agente financeiro, observadas as normas aplicáveis ao Fundo de Arrendamento Residencial;

1.30.3. Para o programa destinado a famílias com renda entre R\$ 1.600,01 (um mil, seiscentos reais e um centavo) até R\$ 3.275,00 (três mil, duzentos e setenta e cinco reais), a alienação da fração ideal ocorrerá por ocasião da formalização do contrato de financiamento junto ao agente financeiro, não devendo compor como custo de construção na apresentação de proposta orçamentária deste Edital, todavia, deve ser incidente na Ficha de Resumo do Empreendimento (FRE) e consequentemente integrará o valor da unidade ao mutuário e o valor correspondente será computado no financiamento e repassado pelo agente financeiro diretamente ao Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social (FMHIS).

1.30.4. Em nenhuma das hipóteses será admitida a cobrança de comissão de corretagem, ficando a seleção dos beneficiários a cargo da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1.31. A Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária fará o Trabalho Técnico Social. O Projeto de Trabalho Técnico Social será definido de acordo com as características do empreendimento e do contexto social. Nos projetos da faixa 1 os recursos comporão os custos da construção, correspondendo a 2% do valor de investimento. O preço máximo de construção a ser apresentado pelas empresas deverá contemplar, portanto, esse percentual, uma vez que o valor correspondente será descontado para cobrir os custos do trabalho social.

1.32. Após a entrega definitiva, as obras terão garantia irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim como materiais e do solo, conforme disposição expressa do art. 618 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

II – DOS LOTES

2.1. Os lotes destinados aos grupos familiares classificados na Faixa 01 serão doados ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

2.2. Das unidades habitacionais destinados exclusivamente para os grupos familiares classificados na Faixa 02, serão alienados na forma de dispensa de licitação, observadas as exigências do art. 17 da Lei. 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.2.1 Os unidades habitacionais destinados exclusivamente para os grupos familiares classificados na Faixa 02, após avaliação, receberão redutor no seu valor total de 50% (cinquenta por cento), conforme decreto que será instituído pelo executivo.

2.2.1. As vantagens financeiras decorrentes da aplicação do redutor previsto no subitem anterior deverão ser repassadas ao beneficiário final da unidade residencial, conforme art. 2º, da Lei Municipal nº 7.525, de 19 de dezembro de 2013.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

2.2.2. O saldo remanescente do valor financiado de cada imóvel será depositado no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, criado pela Lei Municipal 6.634/2008.

2.3. A Receita auferida na forma do subitem 2.2.3. será aplicada em obras de infraestrutura do próprio loteamento, especialmente na complementação dos equipamentos urbanos não abarcados pelo financiamento, observadas as regras da Lei Municipal 6.634/2008 e Ata do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social para este fim.

III – DO CRONOGRAMA DE ENTREGA DO EMPREENDIMENTO

3.1. O prazo máximo previsto para a implantação total das unidades habitacionais coletivas e da infraestrutura urbana é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da assinatura do contrato entre o agente financeiro conveniado e a empresa.

3.2. O prazo para execução das obras dos equipamentos públicos será o mesmo definido no item anterior, e observará a proporcionalidade do cronograma de entrega.

3.3. O cronograma de entrega das obras deverá prever até 3 módulos, conforme quadro abaixo:

Módulo	Prazo de Entrega (meses)	Número de Unidades	Total de Unidades
Módulo 1	12 meses	1.421	1.421
Módulo 2	6 meses	691	2.112
Módulo 3	6 meses	728	2.840

3.3.1. Cada um dos módulos deverá contemplar a totalidade da infraestrutura necessária para a ocupação dos imóveis, inclusive no que se refere à rede de saneamento (incluindo o sistema de drenagem e rede de escoamento pluvial), e distribuição de energia elétrica;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

IV – DA ESTIMATIVA DE VALOR TOTAL DO PROJETO

4.1. A estima de valor total do Projeto corresponde à multiplicação do número de unidades habitacionais projetadas pelo valor máximo admitido para cada unidade, conforme disposições deste Edital de Chamamento Público.

CAPÍTULO II
DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

V – DOS PARTICIPANTES DO CHAMAMENTO PÚBLICO

5.1. Poderá participar do presente Chamamento qualquer empresa interessada que, na fase de habilitação, individualmente ou em consórcio, comprove possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital.

5.2. Será admitida a participação de consórcios, desde que atendidas as disposições do art. 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e o que segue:

5.2.1. As empresas consorciadas **apresentarão, obrigatoriamente**, instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, com a indicação do nome do consórcio e indicação da empresa líder, que será a responsável principal perante a Prefeitura Municipal, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do Consórcio todos os atos referentes à execução do contrato.

5.2.2. Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto deste Chamamento.

5.2.3. **Responsabilidade solidária das empresas consorciadas** perante a Administração, pelas obrigações e atos do consórcio, tanto durante as fases do chamamento quanto na execução do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

5.2.4. Prazo de duração do consórcio que deve, no mínimo, coincidir com a data da vigência ou execução das obras/serviços, objeto do contrato, além da obrigação solidária das empresas consorciadas em relação à garantia prevista no art. 618 do Código Civil.

5.2.5. Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da Prefeitura Municipal durante o processamento e julgamento do presente Edital de Chamamento.

5.2.6. Compromisso de que o Consórcio não se constitui nem se constituirá em pessoa jurídica diversa de seus integrantes e de que o consórcio não adotará denominação própria.

5.2.7. Obrigação do consórcio de apresentar, antes da assinatura do Termo de Seleção, o Termo de Constituição do Consórcio, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, de acordo com o que estabelece o Art. 33 da Lei nº 8.666/93.

5.2.8. O consórcio apresentará, em conjunto, a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e de regularidade fiscal.

5.2.9. As empresas consorciadas poderão somar os seus quantitativos técnicos, respeitadas exigências deste Edital de Chamamento Público.

5.2.10. O Patrimônio Líquido, solicitado neste Edital, deverá ser comprovado coletivamente na proporção da participação de cada empresa no consórcio, para o fim de atingir o limite fixado neste Edital.

5.2.11. Os índices econômicos financeiros previstos neste Edital deverão ser comprovados por cada empresa integrante do consórcio.

5.2.12. Uma empresa não poderá participar da licitação isoladamente e em consórcio simultaneamente, nem em mais de um consórcio.

5.3. Não poderá participar direta ou indiretamente deste chamamento:

I – Empresa em processo de falência, concordata ou processo de recuperação judicial, sob o concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

II – Empresa que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou com impedimento para contratar com os órgãos e Entes da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e Distrital;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

- III** – Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública;
- IV** – Empresa cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa participante neste chamamento;
- V** – Empresa que possua em seu quadro social servidor ou dirigente dos órgãos responsáveis pelo processo de chamamento.
- VI** – Empresas estrangeiras sem filial no país.
- VII** – Empresas que estejam impedidas, suspensas ou consideradas inidôneas para realizar as obras do Programa Minha Casa Minha Vida.

VI – DA HABILITAÇÃO

O participante deverá apresentar toda documentação referente à regularidade jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira, na forma disposta neste Capítulo, em envelope lacrado.

Poderão participar desta seleção as empresas do ramo da construção civil que estiverem devidamente habilitadas. Para as microempresas e empresas de pequeno porte serão observadas as regras previstas no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Será habilitado o participante que tiver a documentação aprovada e validada pela Comissão Permanente de Licitações do Município (CPL), sendo que a não apresentação de qualquer dos documentos, inclusive de qualquer dos participantes de consórcio, implicará na inabilitação do participante.

6.1. REGULARIDADE JURÍDICA

A regularidade jurídica é destinada à comprovação da correta constituição e registro dos participantes, e será comprovada mediante:

- 6.1.1.** Manifestação de Interesse correspondente ao **ANEXO VII** deste edital.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6.1.2. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresarial, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.1.3. No caso de Consórcios, Instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, conforme exigências do item 5.2. e subitens seguintes.

6.1.4. Cópia da identidade e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do representante legal da empresa ou do consórcio.

6.1.5. Procuração e cópia dos documentos citados no item anterior de eventual procurador da empresa ou consórcio interessado.

6.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A habilitação fiscal e trabalhista será comprovada por meio da apresentação dos documentos listados neste item.

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). A prova de inscrição no CNPJ será feita pela apresentação do “Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral”, obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>, no serviço de “Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral”, em cumprimento ao disposto no artigo 21 da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007, publicada na Seção 1 do DOU de 02/07/2007.

6.2.2. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do participante, ou outra equivalente na forma da lei.

6.2.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, por meio de Certidão Negativa de Débito da dívida da União e quitação de tributo de contribuições federais expedida pela Receita Federal.

6.2.4. Prova de regularidade relativa à seguridade social (INSS), mediante Certidão Negativa de Débito (CND), expedida pela Receita Federal.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação de Certificado de Regularidade Fiscal – (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.

6.2.6. Prova de Regularidade relativa a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) conforme a Lei nº 12.440/11 que modifica o Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT) e a Lei nº 8.666/93.

6.2.7. No caso de Consórcios deverão ser atendidos os subitens 6.2.1. a 6.2.6. por cada uma das empresas consorciadas.

6.3. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

A habilitação técnica será dividida em duas partes: a) capacidade técnico-operacional das empresas; b) capacidade técnico-profissional dos profissionais ou responsáveis técnicos.

A comprovação da capacidade será realizada com a entrega dos documentos previstos nos itens abaixo:

6.3.1. DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

6.3.1.1. Certidão de registro de pessoa jurídica no CREA e/ou CAU, em nome da empresa participante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

6.3.1.2. Comprovar a capacidade de execução de empreendimentos imobiliários compreendendo, no mínimo, **1.130 Unidades Habitacionais Coletivas Verticais e/ou horizontais**, equivalente a aproximadamente 40% (quarenta por cento) do total estimado para a contratação, por meio da apresentação de Declarações (Atestados) de Capacidade Técnica, emitida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente registrados no CREA ou CAU..

6.3.1.3. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnico-operacional, dos quais pelo menos 1 (um) deverá comprovar percentual igual ou equivalente a 20% (vinte por cento) do total de unidades habitacionais previstas para o presente Edital de Chamamento Público.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6.3.1.4. Somente serão admitidos atestados, declarações ou certidões referentes a objetos devidamente concluídos até a data de apresentação das propostas.

6.3.2. DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

6.3.2.1. Atestado(s) fornecido(s), pela pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, devidamente registrado no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da licitante, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obras de complexidade tecnológica pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

6.3.2.1.1. Será considerado integrante do quadro permanente da empresa licitante o profissional que for sócio, diretor, empregado de caráter permanente, responsável técnico da empresa perante o CREA ou CAU/RS – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou profissional contratado.

6.3.2.1.2. A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) sócio: cópia do contrato social e sua última alteração;
- b) diretor: cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- d) responsável técnico: certidão de registro de pessoa jurídica no CREA;

6.3.2.2. No caso de substituição de profissional durante a execução do projeto, o novo contratado responsável possuir acervo técnico equivalente ao utilizado nesta Chamada Pública.

6.3.3. Deverá constar do envelope 01 - Habilitação. Atestado de Visita ao Local da Obra, fornecido Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária – SMHRF, que comprove que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Edital, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

6.3.3.1. A visita deverá ser procedida por engenheiro civil ou arquiteto indicado pela empresa, e será efetuada até 24 horas anteriores à data marcada para o recebimento dos



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

envelopes de “Documentos de Habilitação” e “Documentos de Proposta de Preço, devendo ser agendada na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária – SMHRF, pelos telefones (53) 3233-6095 - 32336098, Rio Grande/RS.

6.3.3.2.. Ao comparecer ao local para efetuar a visita, o profissional indicado deverá apresentar cédula de identidade profissional emitida pelo CREA, ou documento oficial de identidade acompanhado de comprovante de qualificação profissional, e entregar uma carta de apresentação da empresa.

6.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.4.1. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do montante do valor estimado do empreendimento em que pretende se habilitar, tomando-se por base os respectivos valores estimativos do objeto estabelecidos no subitem 4.2..

6.4.1.1. Para a Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido, a que se refere o item anterior, quando se tratar de consórcio, deverá ser observado o item 5.2.10.

6.4.1.2. A comprovação de Capital Social ou do Patrimônio Líquido será feita pelo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigidos e apresentados na forma da Lei, conforme disposto no art. 31, da Lei 8.666/93.

6.4.1.2.1. Eventuais ajustes no patrimônio líquido deverão observar as Normas Brasileiras de Contabilidade.

6.4.2. Apresentação do Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, exigível na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balanços provisórios. O referido balanço deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito, bem como cópia do termo de abertura e encerramento, com a numeração na Junta Comercial, exceto para empresa criada neste exercício, que deverá apresentar balanço de abertura para suprir a exigência deste item.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6.4.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, e deverá, obrigatoriamente, ser formulada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, computados a partir das informações contábeis contidas, respeitando-se os índices abaixo indicados:

a) $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$, maior ou igual a 1;

b) $ILC = (AC) / (PC)$, maior ou igual a 1;

c) $GE = (PC + ELP) / AT$, menor ou igual a 0,6.

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

ILC = índice de liquidez corrente

GE = grau de endividamento

AT = ativo total

AC = ativo circulante

RLP = realizável a longo prazo

PC = passivo circulante

ELP = exigível a longo prazo

PL = patrimônio líquido

6.4.4. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; ou certidão relativa à recuperação judicial ou extrajudicial de que trata a Lei nº 11.011/2005.

6.5. DAS DECLARAÇÕES:

6.5.1. Declaração de que atende a todas as condições deste Edital, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6.5.2. Declaração de que atende às condições do “Programa Minha Casa, Minha Vida” para contratação junto aos agentes financeiros autorizados, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.

6.5.3. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.

6.6. DA VALIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

6.6.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor pertencente a Comissão Permanente de Licitações (CPL).

6.6.2. Será admitida a validade expressa no documento, ou, na sua falta, a validade admitida na lei.

CAPÍTULO III
DA PROPOSTA TÉCNICA, DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS
PROPOSTAS

7. DA PROPOSTA TÉCNICA

7.1. A seleção a que se destina este Edital se processará pela modalidade de Melhor Projeto (Melhor Técnica). Para tanto, as empresas interessadas apresentarão envelope "*Documentos da Proposta de Projeto*" que deverá conter os seguintes documentos:

7.2. PROJETO BÁSICO DE URBANISMO que deverá ser composto de:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

I – Plano de ocupação em escala 1:500 com indicação do Norte geográfico, carimbo e legenda.

II – Estudo preliminar de Urbanismo em escala 1:2500 contendo representação das edificações residenciais, e identificação das disposições de tipologia no loteamento, do sistema viário, equipamentos públicos e demais áreas tais como: comércio, lotes de uso misto, institucionais, atendendo aos requisitos de acessibilidade. Todas as pranchas deverão conter a indicação do Norte geográfico, carimbo e legenda.

III – Memorial Descritivo, com apresentação em formato A4, contendo justificativa, objetivo, quantitativo de unidades imobiliárias por usos admitidos e parâmetros urbanísticos.

IV – Estudo preliminar de Paisagismo em escala 1:2500 com indicação do Norte geográfico, carimbo e legenda.

V – No Estudo Preliminar de Paisagismo, não será necessária a especificação da espécie arbórea, devendo apenas ser elaborados o layout e indicação do porte.

VI – Orçamento detalhado e cronograma físico financeiro da infraestrutura, nos moldes exigidos pelo agente financeiro.

VII – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de autoria dos projetos devidamente registrada no CREA, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de autoria dos projetos devidamente registrada no CAU, de acordo com a categoria profissional correspondente.

VIII – No momento da apresentação da proposta não será necessária a apresentação das declarações de viabilidade operacionais a serem emitidas pelas concessionárias de saneamento e de energia elétrica. Essas declarações somente deverão ser providenciadas pela empresa selecionada no momento das análises para licenciamento ambiental e urbanístico e posteriormente acompanharão os projetos do empreendimento.

IX – *Todas as pranchas deverão conter a indicação do Norte geográfico, carimbo e legenda.*

7.3. PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA em condições de aprovação junto ao Município de Rio Grande, de acordo com a legislação urbanística, código de obras, demais



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

normas edilícias vigentes, e adequado à legislação de acessibilidade para pessoas com deficiência, observada a respectiva tipologia, contemplando os seguintes documentos:

I – Projetos de arquitetura, na escala de 1:75, contendo: planta baixa de todos os pavimentos, devidamente cotadas; no mínimo 02 (dois) cortes, sendo um transversal e um longitudinal, com cotas verticais, 04 (quatro) fachadas e planta de locação na escala 1:100.

II – Memorial Descritivo do empreendimento, explicitando, no mínimo: o partido arquitetônico adotado, área de cada pavimento, a área total construída, o número total de unidades habitacionais previstas na edificação e por andar; a área das unidades habitacionais; circulações vertical e horizontal; taxa de ocupação ou índice de aproveitamento, permeabilidade.

III – Caderno de Especificações Técnicas descrevendo os materiais e sistemas construtivos previstos no projeto.

IV – Acompanhando o projeto básico de arquitetura deverão ser apresentados:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de autoria dos projetos devidamente registrada no CREA, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de autoria dos projetos devidamente registrada no CAU, de acordo com a categoria profissional correspondente.

b) Orçamento detalhado do projeto de arquitetura e cronograma físico-financeiro da obra, nos moldes exigidos pelo agente financeiro (incluir a Ficha Resumo do Empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida devidamente preenchida).

8. DA APRESENTAÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PROJETO

8.1. Cada proponente deverá apresentar dois tipos de ENVELOPES com os documentos, a saber: “Envelope 1 – *Documentos de Habilitação*” e “Envelope 2 – *Documentos da Proposta de Projeto*”. Os ENVELOPES de documentos, relativos à Habilitação, e à Proposta de Projeto, deverão ser entregues separadamente, lacrados, identificados com o título do conteúdo, nome da proponente, o número do CNPJ, na forma dos itens a seguir:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

8.1.1. Envelope contendo os documentos de Habilitação:

ENVELOPE N.º 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 001/2014

PROPONENTE: _____.

CNPJ: _____

8.1.2. Envelope contendo os documentos da Proposta de Projeto:

ENVELOPE N.º 2 - DOCUMENTOS DA PROPOSTA DE PROJETO

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 001/2014

PROPONENTE: _____.

CNPJ: _____

8.1.3. Os documentos do envelope nº 01 (Documentos de Habilitação) serão analisados pela **Comissão Permanente de Licitações do Município (CPL)**.

8.1.4. Os documentos do envelope nº 02 (Documentos da Proposta de Projeto) serão analisados por **Comissão Técnica Especial de Chamamento Público (CTECP)**, constituída por 7 (cinco) servidores formalmente designados pelo Prefeito Municipal mediante Portaria própria.

8.1.5. Para compor a **Comissão Técnica Especial de Chamamento Público (CTECP)**, além de servidores públicos municipais, o Prefeito poderá convidar profissionais de reconhecida atuação na área, ou indicados pelos Conselhos Profissionais, ou ainda indicados pela gerencia regional da Caixa Econômica Federal – CEF.

8.2. Os documentos de habilitação e os documentos da proposta de projeto deverão ser apresentados em seus envelopes respectivos, em uma única via, encadernada, numerada sequencialmente em ordem crescente e rubricadas pelo representante legal do Proponente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, independentemente da existência de mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que o último caderno



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

reflita a quantidade de folhas de cada envelope, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas, sendo todas as folhas timbradas com o nome do proponente.

8.2.1. Os atestados, declarações ou certidões emitidos por outro órgão público ou privado deverão possuir o timbre e elementos de identificação e validação do órgão emissor.

8.3. Não serão aceitas folhas avulsas ou soltas juntamente com os cadernos de proposta de projeto, sob pena de serem desconsideradas na análise das propostas apresentadas.

8.4. Para efeito de apresentação todos os documentos que integrarem os envelopes poderão ser apresentados em sua forma original ou sob qualquer forma de cópia, desde que devidamente identificada como “CÓPIA”, perfeitamente legível e autenticada por cartório competente.

8.5. Os ENVELOPES a que se refere o 8.1. deste Edital, contendo respectivamente os documentos de habilitação e os da proposta de projeto, deverão ser entregues à **CPL**.

8.5.1. Será admitida a remessa de documentos por via postal ou similar, desde que por meio de correspondência registradas, e protocolizadas até às 18 horas da data anterior à marcada para a Seção de abertura dos envelopes de habilitação no protocolo do Gabinete de Compras Licitações e Contratos, na Rua Marechal Floriano, nº 458, Centro, Rio Grande – RS.

8.5.2. A entrega dos envelopes será da inteira e exclusiva responsabilidade da empresa interessada, não serão admitidos recursos por inobservância do subitem anterior.

8.5.3. A Seção de Abertura dos envelopes de habilitação será realizada na data, local e endereço abaixo especificado:

DATA DE ABERTURA: 02 de Junho de 2014

HORÁRIO: 14:00 hs

LOCAL DA SESSÃO: Rua Marechal Floriano, 458 – Rio Grande - RS



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

8.5.4. Inicialmente todos os ENVELOPES de Nº 02 – DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PROJETO serão rubricados, ainda fechados, por membros da **Comissão de Licitações** e por todos os representantes legais presentes que assim o desejarem.

8.5.5. Posteriormente, serão abertos os ENVELOPES de N.º 01 de todos os participantes, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, mediante rubrica de um dos membros da **CPL** e dos representantes em todas as páginas dos volumes encadernados conforme item 5.2 e procedendo-se a identificação da documentação pelos membros da **CPL**.

8.5.5.1. Somente poderá manifestar-se em nome da participante o representante legal indicado, ou procurador formalmente constituído na forma do Anexo V, ambos devidamente credenciados, em espaço designado pela administração, no local onde será realizada a seção.

8.5.6. Concluída essa etapa, será encerrada a sessão pública, da qual será lavrada ata que, após lida em voz alta, será a referida ata assinada pelos membros da **Comissão de Licitações** e pelos representantes legais dos interessados. Todos os participantes deverão assinar a ata, com a devida identificação.

8.5.8. A análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO será realizada pelos membros da **CPL**, em sessão pública. O resultado será divulgado ao final da sessão, observadas as exigências do subitem 8.5.7., e será publicado por meio de aviso, uma única vez, na imprensa oficial. Após a publicação, será aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos dirigidos ao presidente da Comissão de Licitações.

8.5.8.1. Os ENVELOPES de Nº 02 serão devolvidos intactos às empresas inabilitadas.

8.5.9. Encerrada a fase de habilitação dos participantes e decorridos os prazos legais para recursos, a **CPL** encaminhará os ENVELOPES de Nº. 02, referentes às PROPOSTAS DE PROJETO a **CTECP** para avaliação, e publicará o respectivo resultado em forma de aviso, uma única vez, na imprensa oficial.

8.5.5. Ultrapassada a fase de habilitação, não caberá desclassificar participante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fato superveniente ou só conhecido após o



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

julgamento, bem como as empresas não poderão desistir de suas propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela **CPL**.

8.5.6. A análise das PROPOSTAS DE PROJETO será realizada pelos membros da CTEC. Após a publicação do aviso será aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos dirigidos ao Presidente da **CPL**.

8.5.7. O não comparecimento da proponente ou de seu representante a quaisquer reuniões relativas a esse Chamamento ou mesmo a falta de sua assinatura nas atas de reuniões correspondentes, não impedirá que elas se realizem e implicará na sua tácita concordância com as decisões da Comissão *não cabendo aos ausentes o direito à reclamação de qualquer natureza, ressalvado o direito de apresentar recursos nos termos deste Edital.*

8.5.8. É facultada à **Comissão Técnica Especial de Chamada Pública** ou autoridade superior, em qualquer fase deste chamamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar instruções do chamamento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ou das PROPOSTAS DE PROJETO.

8.5.9. Encerrada a fase de recursos, o julgamento proferido pela **CTECP** será submetido à apreciação do Prefeito Municipal para fins de homologação do resultado final e formalização do Termo de Seleção, o respectivo resultado final será publicado em forma de aviso, uma única vez, na imprensa oficial.

9. DOS CRITÉRIOS E QUESITOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

9.1. A empresa será pontuada com base nos critérios relacionados nas tabelas a seguir:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

9.1.1. QUESITOS DIVERSIDADE DE TIPOLOGIAS E NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES – Faixa 01 – Critério P1

QUESITOS		PONTOS
a)	DIVERSIDADE DE TIPOLOGIAS - Utilização de três (03) tipologias = 10 pontos - Utilização de quatro (04) tipologias = 20 pontos - Utilização de cinco (05) tipologias = 40 - Acima de cinco (05) tipologias = 70	70
b)	NÚMERO DE UNIDADES - Número mínimo de unidades (ITEM 1.24.1) = 0 ponto - Número de unidades acima do mínimo em até 5% = 15 pontos - Número de unidades acima do mínimo maior que 5% = 30 pontos	30
PONTUAÇÃO MÁXIMA		100

9.1.2 QUESITOS DE PROJETO PARA HABITAÇÕES UNIDADES RESIDENCIAS ISOLADAS E ANÁLISE TÉCNICA – TIPOLOGIA FAIXA 1 – Critério P2

QUESITOS		PONTOS
a)	ACABAMENTO DAS PAREDES DAS ÁREAS MOLHADAS - Cerâmica até 1,50m = 0 ponto - Cerâmica do piso ao teto = 15 pontos	15
b)	ESQUADRIAS - Janelas PVC = 15 pontos - em vidro temperado alumínio = 10 pontos	15
c)	CARACTERIZAÇÃO DA FACHADA - Pintura acrílica = 0 ponto	15



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

	- Pintura acrílica texturizada = 15 pontos	
d)	CARACTERIZAÇÃO DA COBERTURA - Telhado fibrocimento = 5 ponto - Telhado cerâmica = 15 pontos	15
f)	UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA SUSTENTAVEL	
	Capacitação e aproveitamento de água da chuva	0 a 20
	Aquecimento Solar	0 a 20
PONTUAÇÃO MÁXIMA		100

9.1.3 QUESITOS DE PROJETO PARA HABITAÇÕES COLETIVAS E ANÁLISE TÉCNICA – TIPOLOGIA FAIXA 1 e FAIXA 2 – Critério P3

QUESITOS		PONTOS
a)	ACABAMENTO DAS PAREDES DAS ÁREAS MOLHADAS - Cerâmica até 1,50m = 0 ponto - Cerâmica do piso ao teto = 10 pontos	10
b)	ESQUADRIAS - Janelas PVC = 15 pontos - em vidro temperado alumínio = 10 pontos	15
c)	CARACTERIZAÇÃO DA FACHADA Caracterização da Fachada - Pintura acrílica = 3 ponto - Pintura acrílica texturizada = 10 pontos	10
d)	CARACTERIZAÇÃO DA COBERTURA - Telhado aparente = 5 ponto - Telhado com platibanda = 15 pontos	15
e)	NÚMERO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO - Número obrigatório de vagas = 0 ponto	10



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

	- Número de vagas 5% acima do obrigatório = 10 pontos	
f)	AVALIAÇÃO DO PARTIDO ARQUITETÔNICO	
	Facilidade de circulação interna e externa	0 a 10
	Otimização das áreas comuns	0 a 10
	Circulação vertical	0 a 10
	Conforto térmico e ventilação natural dos ambientes	0 a 10
PONTUAÇÃO MÁXIMA		100

9.1.4. QUESITOS DE PROJETO DE URBANISMO ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO DE URBANISMO – Critério P4

QUESITOS		PONTUAÇÃO MÁXIMA
a)	SISTEMA VIÁRIO	30
b)	COMPATIBILIDADE COM O ENTORNO IMEDIATO	30
c)	APROVEITAMENTO DAS ÁREAS PÚBLICAS – PRAÇAS, CALÇADAS, QUADRAS DE ESPORTES, CICLOVIAS, VIAS E OUTROS.	40
PONTUAÇÃO MÁXIMA		100

9.1.5. QUESITOS PARA NOTA GERAL DO CONJUNTO PROJETOS ARQUITETÔNICO E URBANISMO – Critério P5

a)	Atendeu a totalidade dos quesitos	100
b)	Não atendeu aos quesitos	0
PONTUAÇÃO MÁXIMA		100



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

9.1.6. Os motivos para aferição dos pontos conferidos pelos membros da **CTECP** a cada uma das propostas apresentados deverão ser apresentados de forma expressa e sucinta em Relatório de Avaliação Técnica próprio para cada um dos projetos.

9.2. A Pontuação Final – PF de cada participante será obtida aplicando-se a seguinte fórmula:

$$PF = [P1 \times 0,20] + [P2 \times 0,20] + [P3 \times 0,20] + [P4 \times 0,30] + [P5 \times 0,10]$$

PF MÁXIMA = 100 PONTOS

9.3. A **CTECP**, após análise e atribuição de pontos relativos à fase de julgamento, procederá a classificação das empresas em ordem decrescente, em função da pontuação obtida, sendo denominada como classificação original.

9.4. Havendo empate de pontos entre os primeiros colocados na classificação o desempate far-se-á, obrigatoriamente, da seguinte forma:

- a) Maior pontuação relativa no critério P4;
- b) Maior pontuação relativa no critério P2;
- c) Maior pontuação relativa no critério P1;
- d) Maior pontuação relativa no critério P3;
- d) sorteio.

9.4.1. O sorteio previsto neste item será realizado em sessão pública, para o qual todos os participantes serão convidados por meio de Aviso Publicado na Imprensa Oficial, vedado qualquer outro processo.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10. DO CREDENCIAMENTO DAS SESSÕES

10.1. O credenciamento para as sessões será no local previsto para realização das mesmas.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

10.2. O credenciamento será aberto 40 minutos antes da abertura da sessão e será encerrado, de forma improrrogável, 10 minutos antes da abertura da mesma.

10.3. Para credenciamento os interessados deverão apresentar:

- a) cópia autenticada da carteira de identidade, quando tratar-se do representante legal;
- b) procuração firmada por instrumento público ou por privado, conforme modelo do anexo V, em documento timbrado da empresa, assinado por assinatura do representante legal do licitante reconhecida por semelhança ou autenticidade.

10.4. A autenticação referida na letra “a” do subitem anterior poderá ser realizada pelo servidor designado para o credenciamento;

10.5. A procuração citado no subitem 10.3., letra “b”, será entregue ao servidor responsável pelo credenciamento, e será parte integrante dos anexos da ata.

11. DOS PRAZOS

11.1. A empresa selecionada que não assinar o Termo de Seleção em até 15 (quinze) dias, após sua convocação, será desclassificada, sendo convocada aquela classificada na posição subsequente.

11.2. A empresa selecionada que não contratar o empreendimento com o agente financeiro em até 6 (seis) meses, a contar da data do Termo de Seleção, será desclassificada, tornando sem efeito o resultado do chamamento.

11.2.1. Não serão computados para o prazo especificado neste item, os atrasos decorrentes de fatos alheios à empresa, como a demora eventual nos processos de licenciamento, ou atrasos gerados pela própria administração.

11.2.2. O Município de Rio Grande poderá conceder prorrogação do prazo estipulado no item 7.2. em função do inequívoco interesse público, em ato devidamente motivado pelo Secretário de Município de Habitação e Regularização Fundiária.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

12.1. É legítima a impugnação do presente Edital de Chamamento por qualquer interessado. O pedido de impugnação deverá ser protocolado em até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos invólucros de habilitação, o qual deverá ser julgado e respondido em até três dias úteis da data do seu recebimento pela **CPL**.

12.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a empresa participante que não o fizer em até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos ENVELOPES de N.º 01 – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram.

12.3. A impugnação feita tempestivamente pela empresa participante não a impedirá de participar deste processo de chamamento até a decisão definitiva.

12.4. Os recursos interpostos contra atos praticados pela Comissão de Licitações, ou pela **CTECP** sobre o julgamento, respectivamente, da habilitação e/ou das propostas de projeto, terão efeito suspensivo. Os recursos devem ser entregues mediante contra recibo contendo obrigatoriamente: o nome da empresa participante, o nome por extenso, cargo, assinatura do representante legal, o objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados, a fundamentação do pedido e o documento de representação legal.

12.4.1. Interposto o recurso, o fato será comunicado às demais empresas participantes, que terão prazo máximo de cinco dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para impugná-lo.

12.4.2. Não será aceito o recurso interposto fora do prazo legal.

12.5. Será franqueada aos interessados vista do processo deste chamamento, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até o seu término, em local e horário a serem indicados pelo presidente da **CPL**. O direito de vista do processo inclui o direito de cópia, desde que requerida pelo interessado e fornecida às suas expensas..



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

12.6. Para a contagem do prazo de interposição de recurso (art. 109, da Lei nº 8.666/93) será considerado como dia inicial o subsequente ao da lavratura da ata na qual tenha sido registrado.

13. DA DESCLASSIFICAÇÃO

13.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital de Chamamento.

13.2. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a **CPL**, poderá, a seu juízo, fixar às empresas participantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no item precedente, conforme art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

14. DAS CONDIÇÕES DE SELEÇÃO

14.1. Findo o processo de chamamento, a empresa selecionada será convocada por meio da Imprensa Oficial, e por meio de notificação pessoal, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis formalizar o Termo de Seleção, nos moldes da minuta constante do Anexo VIII deste Edital.

14.2. Caso a empresa participante vencedora do chamamento se recuse a assinar o Termo de Seleção no prazo no item 10.1., o Município poderá convocar as empresas participantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o Termo de Seleção em igual prazo e nas mesmas condições negociadas, ou cancelar a seleção.

14.3. Será de responsabilidade da empresa selecionada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, MULTAS E PENALIDADES



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

15.1. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas a empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar a justificativa protocolada na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, dirigida ao seu titular.

15.2. A empresa selecionada no presente processo ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão de contratar com a administração por até 2 anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

15.2.1. As penalidades previstas nas letras “a” e “b” poderão ser aplicadas de forma concomitante às demais sanções.

15.3. A empresa selecionada que deixar de assinar o Termo de Seleção no prazo estipulado no item 10.1., ficará sujeita à multa de 10% do valor estimado para o conjunto do objeto, além da sua desclassificação.

15.3.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas obrigatória previstas neste Edital sujeitará a empresa selecionada à multa pecuniária de 2% (dois por cento) à 5% (cinco por cento) do valor total estimado para o objeto, de acordo com a gravidade da infração.

15.4. Os atrasos injustificados na execução do projeto sujeitarão a empresa selecionada à multa diária correspondente à 0,2% do valor total do projeto.

15.4.1. Atrasos injustificados superiores à 30 dias serão considerados como abandono da obra e inexecução do objeto e, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, sujeitarão a empresa selecionada à multa de 10% do valor total do objeto estimado.

15.5. Os atrasos na execução gerados por culpa exclusiva da Administração ou agente financeiro, ou ainda dos órgãos públicos de licenciamento, isentarão a empresa selecionada de quaisquer penalidades.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

15.6. As sanções previstas neste capítulo serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, nos termos regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993.

15.7. As sanções pecuniárias previstas neste capítulo, quando aplicadas, serão depositadas no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

16. DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS

16.1. O acompanhamento da execução das obras será realizado de forma concomitante pelo Agente Financeiro, e pela Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária.

16.1.1. O Secretário de Município de Habitação e Regularização Fundiária designará, por meio de Portaria, o(s) nome(s) do(s) servidor (es) responsável (is) pelo acompanhamento da execução das obras.

16.2. A presença de servidores do Município, ou das concessionárias de serviço público durante a execução da obra, quaisquer que sejam os atos praticados, não implicará em solidariedade ou corresponsabilidade com a empresa selecionada, que responderá única e integralmente pela execução do serviço, inclusive pelos trabalhos executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

16.3. As obras de infraestrutura deverão ser submetidas ao controle dos órgãos responsáveis, inclusive as concessionárias de serviços públicos de saneamento e energia elétrica.

16.4. A empresa selecionada será responsável pelo cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, bem como pelo estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e coletivo, dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que possam oferecer riscos aos trabalhadores, e contribuirão também na atenção às demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho, sob pena de aplicação das sanções previstas no item 15 e subitens seguintes.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

16.5. A empresa selecionada deverá manter preposto, aceito pelo gestor do contrato, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

16.6. A empresa selecionada será a única responsável pelas obrigações trabalhistas e fiscais decorrentes dos projetos e das obras, garantindo-se o direito de regresso para administração, bem como de denunciar a lide, em caso de ações judiciais movidas contra a municipalidade pelo descumprimento das obrigações especificadas neste subitem pela selecionada.

17. DAS GARANTIAS

17.1. A empresa contratada pelo agente financeiro prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos públicos na forma prevista pelo art. 56, § 1º, I, da Lei 8.666/93;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária.

17.1.1. A garantia não poderá sofrer qualquer tipo de abatimento, nem poderá ser exonerada, até o recebimento definitivo das obras, sob pena da multa prevista no subitem 15.3.1. deste Edital.

17.2. A empresa selecionada tem o prazo de 10 (dez) dias, contadas da data da assinatura do contrato com o agente financeiro, para efetivar a prestação da garantia e apresentar cópia do respectivo comprovante à Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária.

17.3. Para corrigir eventuais imperfeições verificadas na execução do contrato firmado entre a empresa e o agente financeiro ou no caso de sua rescisão por culpa exclusiva da empresa, o Município, poderá utilizar-se da garantia, revertendo-a efetiva e definitivamente a seu favor, na sua totalidade ou pelo saldo que apresentar, sem prejuízo das perdas e danos apurados.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

17.4. A empresa selecionada se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data em que for notificada pelo Município, mediante notificação formal ou correspondência entregue com contra recibo.

17.5. Caso a garantia apresentada seja de fiança bancária, deverá constar no instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

17.6. Em se tratando de caução em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

17.7. Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados no Caixa Econômica Federal – CEF, em conta poupança, à ordem do Município de Rio Grande.

17.8. A garantia prestada pela empresa selecionada será liberada ou restituída após a plena execução do contrato firmado entre a empresa e o agente financeiro. Quando a garantia for realizada em dinheiro, a mesma deverá ser atualizada monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. São anexos ao presente Edital:

- a) Anexo I – Termo de Adesão e Lei Municipal 6.634/2008;
- b) Anexo II – Proposta de Concepção Urbanística do Empreendimento (Masterplan);
- c) Anexo III – Declaração Padrão



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

- d)** Anexo IV –; Procuração;
- e)** Anexo V – Termo de Referência – Especificações Técnicas Mínimas - Habitações;**f)** Anexo VI – Especificações, Legislações e Normas Técnicas para a elaboração do projeto urbanístico;
- g)** Anexo VII – Manifestação de Interesse
- h)** Anexo VIII –; Termo de Seleção

18.1. A autoridade competente poderá revogar o presente Edital de Chamamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.2. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as empresas participantes.

18.3. Se houver indícios de conluio entre as empresas participantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Município comunicará os fatos verificados ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, para as providências devidas.

18.4. É proibido a qualquer empresa participante tentar impedir o curso normal do presente processo de chamamento mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o art. 93 da Lei nº 8.666/93.

18.5. A Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária dirimirá as dúvidas sobre este Edital, desde que arguidas pelos representantes legais da empresa participante, por carta, fac-símile ou e-mail, até cinco dias úteis antes do dia fixado para abertura dos invólucros de habilitação. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos apenas por escrito, se possível pelas mesmas vias, ressalvado que o Município dará conhecimento das



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

consultas e respostas às demais empresas participantes que retiraram este Edital de Chamamento.

17.6. Toda comunicação oficial se dará por e-mail, fax ou publicação na imprensa oficial.

17.7. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a este Edital de Chamamento.

17.8. O Município poderá, ao seu exclusivo critério, outorgar procuração pública à empresa vencedora, com poderes para promover registro de memorial de incorporação do imóvel objeto deste edital, além dos demais atos necessários para esse fim.

17.9. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, cujas normas ficam incorporadas a este instrumento, independentemente de sua menção ou transição.

17.10. As partes elegem o Foro da Comarca de Rio Grande para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, que por outra forma não forem solucionadas.

Rio Grande, 04 de Abril de 2014

ALEXANDRE DUARTE LINDNMEYER

Prefeito Municipal

JEFERSON ALONSO DOS SANTOS

Chefe do gabinete de Compras Licitações e Contratos